

A VISÃO 'TRADUTORA' DA COMPREENSÃO E A  
QUESTÃO DO DESENVOLVIMENTO DA LINGUAGEM

*Eleonora Albano da Motta Maia*

IEL - UNICAMP

Ao contrário do que se poderia esperar de um estudioso do desenvolvimento da linguagem, não vou (falar hoje) sobre a problemática clássica do campo no que concerne à compreensão; ou seja, as questões de como ela se desenvolve e se precede ou não a produção. Isso não quer dizer, entretanto, que eu considere tais questões irrelevantes. E, antes, a minha preocupação com elas que me leva a um recuo estratégico no sentido de tentar clarificar o termo compreensão tal como usado na Psicologia contemporânea. Meu objetivo aqui é defender o ponto-de-vista de que o sentido corrente desse termo no campo é tal que impede qualquer discussão séria da noção de desenvolvimento, deixando, portanto, inexplicados muitos fatos importantes da linguagem infantil.

O sentido de compreensão que tenho em mente é aquele que a concebe como uma forma de tradução. Compreender é pôr em correspondência fórmulas da linguagem natural com fórmulas de um código interno que é, ele próprio, estruturado como uma linguagem. Tal linguagem mental é de natureza proposicional e tem a sua própria gramática, que é vista como de base sentencial por alguns autores (e.g., Fodor 1975, Clark & Clark 1978) e como de base textual por outros (e.g., Rumelhart, Lindsay & Norman 1977, Schank & Abelson 1977). De qualquer maneira, o denominador comum de tais abordagens é o pressuposto de que a compreensão envolve a construção de um texto no código interno no qual as mensagens da linguagem natural são traduzidas e, se necessário, explicitadas por inferência.

Até um exame superficial das publicações correntes em Psicologia é capaz de revelar que essa visão da compreensão - que seria apropriada chamar 'visão tradutora' - é a que prevalece no campo. Os psicólogos parecem, de fato, avidos para encaixar o que quer que seja nesse quadro de referência. Uma ilustração significativa dessa tendência é a recente absorção dos termos da filosofia da linguagem contemporânea pelo vocabulário mentalista (e.g., Bruner 1975, Clark & Clark 1978, Rosch & Mervis 1975). Apesar da forte advertência de Searle (1973) contra a concepção do significado como paráfrase, os modelos atuais do código mental incorporam versões proposicionais de noções tão diversas quanto protótipos, forças ilocutórias e máximas conversacionais.

É inegável que a visão tradutora da compreensão tenha contribuído para

o progresso do campo. Conforme aponta Fodor (1957:157-172), a idéia de um sistema de representações internas estruturado em camadas é capaz de resolver a maioria das in consistências dos primeiros estudos experimentais da Psicolinguística de inspiração chomskyana (Mehler 1963, Slobin 1966, Fodor, Bever & Garrett 1974). Tal feito torna-se possível porque um tal sistema permite diversos graus de profundidade de processa mento do mesmo material linguístico. Não obstante esse mérito, a visão em questão ten de porém agora a inverter o seu curso e tornar-se um obstáculo ao crescimento da Psi colinguística. Isso é uma consequência inevitável de uma das suas fraquezas inerentes, a saber: a incapacidade de lidar com o desenvolvimento.

Consideremos agora como uma criança que está aprendendo a falar é vis ta pelos adeptos da visão tradutora da compreensão. Se compreender é traduzir, então aprender a compreender é aprender a traduzir. Em outras palavras, uma criança terá compreendido uma expressão em linguagem natural se e somente se tiver conseguido põ la em correspondência com uma expressão do código interno.

Mas, se é assim, faz-se necessário perguntar como as expressões desse misterioso código são adquiridas, o que resulta num enorme problema. Primeiro, elas não podem ser adquiridas juntamente com as expressões da linguagem natural que tradu zem, pois isso tornaria a tradução impossível. Segundo, elas não podem ser adquiridas somente por intermédio da experiência, pois isso seria escorar uma explicação suposta mente racionalista da aquisição da linguagem natural com uma explicação empirista da aquisição da linguagem mental. Está claro, pois, que não há aqui como escapar ao aprio rismo: ao menos uma parte do código mental deve ser inata.

Se, entretanto, uma parte do código mental é inata, por que se preocu par em dar conta da aquisição do resto? Dado que, assim como a linguagem natural, a parte adquirida da linguagem mental tem de ser incorporada por tradução, nada de subs tancialmente novo pode emergir em ela: um termo novo não é senão uma abreviação de uma proposição complexa expressável no repertório velho. Levado a sério, isso quer dizer que todos os termos são, em última análise, definíveis na linguagem inata original, o que equivale a dizer que praticamente nada é adquirido.

Deve estar claro agora por que a visão tradutora da compreensão é in compatível com a noção de desenvolvimento. Sob tal ótica, o desenvolvimento não é se não o acréscimo cumulativo de expressões abreviatórias ao sistema inato original. Ob viamente não há nada de errado, em princípio, com essa suposição. Afinal, sob a nava lha de Occam, qualquer noção que não desempenhe um papel crucial numa teoria deve ser eliminada e não há por que o desenvolvimento não possa ser uma delas.

A questão que se coloca agora é se os fatos da aquisição da linguagem são coerentes com a eliminação da noção de desenvolvimento. Defenderei a seguir a po sição de que eles não o são e tecerei alguns comentários sobre as suas implicações pa ra a Psicolinguística. A bem da clareza, é preciso apontar que o meu argumento terá a forma de uma reductio ad absurdum da visão tradutora da compreensão: mostrando a sua inviabilidade no que toca à aquisição da linguagem, espero abrir caminho para uma vi são alternativa que incorpore devidamente a noção de desenvolvimento.

Começemos com uma propriedade da linguagem infantil que chamarei dependência da situação comunicativa. Tal propriedade não é, de forma alguma, privativa da compreensão, mas, para simplificar, restringirei os meus exemplos a essa área.

Por mais surpreendente que isso possa parecer àqueles que vêem a compreensão como um fenômeno uniforme e constante, é comum que as reações da criança pequena a uma mesma expressão lingüística ora se coadunem com os padrões de adequação adulta ora deixem de fazê-lo, sendo essa variação dependente da situação. Por exemplo, é perfeitamente possível que uma criança de três anos responda apropriadamente a perguntas sobre cores no contexto de jogos descritivos e, ao mesmo tempo, mostre-se perplexa se solicitada a nomear uma cor quando está se vestindo. O embaraço que uma tal criança causa à Psicolingüística contemporânea é que a sua representação mental dos nomes de cores deve ser tal que seja aplicável a uma situação mas não à outra. Em outras palavras, a criança deve ter o conceito vermelho enquanto eu estou brincando de descrever antes de atingir a noção de vermelhidão propriamente dita.

Ainda que tão típico da mentalidade infantil, esse fato é problemático para a teoria do código mental porque torna as versões iniciais de um conceito proposicionalmente mais complexas que as versões posteriores. Dizer que o predicado situacional de um conceito se perde à medida que a criança se desenvolve parece tão absurdo que é preferível dizer que o conceito é inato mas a sua aplicabilidade à experiência amadurece gradualmente e interage com fatores ambientais. Nessa perspectiva, faz-se necessário supor que a acessibilidade do conceito em maturação é função da familiaridade da situação.

Isso pareceria salvar a teoria do código mental não fosse por outra propriedade da linguagem infantil que denominarei interferência entre situações comunicativas. Trata-se, aqui também, de um fenômeno de âmbito mais amplo, que, para simplificar, abordarei apenas pelo ângulo da compreensão.

Interferência entre situações comunicativas é o que acontece quando uma criança aparentemente perde o domínio de uma expressão lingüística enquanto tenta aplicá-la a novas situações. Por exemplo, uma criança de dois anos pode temporariamente deixar de responder adequadamente a todas as perguntas do tipo 'cadê?' no momento em que elas começam a se estender a situações mais complexas e a se conjugar com outros tipos de perguntas. Em outras palavras, a mesma criança que antes apontava para os objetos corretos ao ouvir "Cadê?" pode, num certo momento, começar a responder "é meu", "é carrinho" ou "é pequena" a essa mesma pergunta, no contexto de jogos comunicativos mais complexos. Isso constitui uma aparente repressão, isto é, a criança parece não compreender coisas que antes parecia dominar muito bem.

Lembremos agora que a noção de acessibilidade foi invocada para estabelecer um elo entre a estabilidade da maturação - que é uma questão de definição - e a instabilidade do comportamento - que é um dado empírico. Isso se conseguiu fazendo da acessibilidade uma função simples da familiaridade da situação, o que, entretanto, não funciona mais, em vista do fato de uma situação familiar (o jogo de apontar no nosso

exemplo) poder ser perturbada por outra nova (os jogos descritivos no mesmo exemplo). Obviamente, a solução aqui é complicar aquela função de modo a acomodar quaisquer fatores ambientais que possam competir com a familiaridade na determinação da flutuação do comportamento.

Mas se a acessibilidade é inteiramente determinada por fatores ambientais, o seu valor enquanto construto teórico é nulo, pois ela é capaz de mediar entre a maturação e qualquer conjunto concebível de dados comportamentais. Trata-se, de fato, de uma escora empirista destinada a manter de pé um sistema supostamente racionalista. Eis aí, pois, uma noção não só ad hoc como também contraditória - uma candidata perfeita à navalha de Occam. O problema é que, sem ela, a hipótese maturacionista defronta-se de novo com o enorme abismo que a separa dos fatos.

O golpe final à teoria do código mental provém da constatação de que, na falta do recurso à maturação, tal teoria é forçada a tratar os fatos do desenvolvimento a partir da suposição absurda de que esse caminhe da complexidade para a simplicidade. Para se ter uma idéia do alcance desse absurdo, basta considerar, por exemplo, que dentro de uma tal visão seria perfeitamente possível concluir que os males da idade adulta se devem ao esgotamento que sofrem as mentes ao livrarem-se das complexidades da infância.

Isso deve ter sido suficiente para sugerir que a Psicolinguística perdesse mais eliminando a noção de desenvolvimento do que abrindo mão da teoria do código mental. Quanto ao que se ganha reconhecendo tal noção, trata-se de uma questão inteiramente aberta. A única pista que ousa oferecer é que uma teoria que não tome a representação simbólica como dada provavelmente terá de procurar as suas raízes na ação física e social<sup>1</sup>.

Cumprido observar que uma tal teoria poderia até chegar a hipóteses bastante semelhantes às da teoria do código mental no tocante à estrutura do simbólico. A diferença entre elas seria, então, que a primeira, ao contrário da segunda, se colocaria a tarefa de explicar como e a partir do que ele emerge.

Como conclusão, é preciso enfatizar que a Psicolinguística já levou às últimas consequências a hipótese de um código mental estático. Parece, pois, que é chegada a hora de reconhecer os fracassos dessa visão e embarcar num programa alternativo em que as noções de desenvolvimento e mudança encontrem o lugar merecido.

---

#### NOTAS

1. Exemplos de esforços nessa linha são as visões de Vygotsky e Piaget, cujo mérito não cabe discutir aqui. Convém, entretanto, observar que as discussões sobre esses autores na literatura psicolinguística, em geral, parecem tentar minimizar as implicações das divergências desses em relação ao paradigma dominante no campo (por exemplo, Bates 1975, Sinclair-de-Zwart 1973, Slobin 1979).

BIBLIOGRAFIA:

- BATES, E. Language and context: the acquisition of pragmatics. New York:Academic Press, 1976.
- BRUNER, J. "The ontogenesis of speech acts". Journal of Child Language 2: 1-19, 1975.
- CLARK, H. & E. Clark. Psychology and language an introduction to psycholinguistics.New York. Harcourt, Brace, Jovanovich, 1977.
- FODOR, J. The language of thought. Cambridge,Mass: Harvard University Press, 1975.
- FODOR, J., T. Bover & M. Garrett. The psychology of Language: an introduction to psycholinguistics and generative grammar. New York: Mc Graw-Hill, 1974.
- MEHLER, J. "Some Effects of grammatical tranformation on the recall of English sentences". Journal of Verbal Learning and Verbal Behavior 2: 346-351, 1963.
- ROSCH, E. & C. Mervis. "Family resemblances: studies in the internal structure of categories". Cognitive Psychology 7: 573-605, 1975.
- RUMELHART, D.P. Lindsay & P. Norman. "A process model for long-term memory". In R. Anderson, R. Spiro & W. Montague (orgs.). Schooling and the acquisition of knowledge. Hills data, NY: Lawrence Erlbaum Associates, 1977.
- SCHANK, R. & R. Abelson. Scripts, plans, goals and undustanding. New York Halsted Press, 1977.
- SINCLAIR-DE-ZWART. "Language acquisition and cognitive development". In T. Moore (org.) Cognitive development and the acquisition of language. NY: Academic Press, 1973: 9-25.
- SEARLE, J. La revoluci3n de Chomsky en Lingüística. Madrid. Editorial Anagrama, 1973 (original em inglês de 1972).
- SLOBIN, D. "Grammatical transformation and sentence comprehension in childhood and adulthood". Journal of Verbal Learning and Verbal Behavior. 5:219-227,1966.
- SLOBIN, D. Psycholinguistics. Glenwiew, Scott, Foreman and Co., 1979.